

# **O PAPEL DA JUVENTUDE NA AGRICULTURA FAMILIAR NA CIDADE DE SÃO PAULO, DISTRITO DE PARELHEIROS.**

Temática: Espacios rurales, agricultura y seguridad alimentaria

Aline Dias Ferreira de Jesus

Mestranda em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

aline\_ufscar@hotmail.com

## **Resumo**

Para a reprodução de qualquer sistema, a participação de novas gerações é essencial. Esta condição humana é especialmente verdadeira na pequena agricultura familiar, onde a produção depende da mão-de-obra familiar. Talvez a agricultura urbana apresente desafios para garantir a participação dos jovens considerando a diversidade de alternativas oferecidas ou percebidas nestes locais bem como as dificuldades apresentadas pela competição para o uso da terra. Agricultura urbana pode ser realizada de duas formas, a primeira em pequenas áreas dentro dos grandes centros urbanos (definida como agricultura urbana), e a segunda no seu entorno (classificada como agricultura periurbana). Essa produção agrícola na maioria das vezes é destinada ao consumo próprio com venda do excedente de produção, ou para o abastecimento local. A prática da agricultura urbana pode resultar em benefícios ambientais, um exemplo a ser citado é a região de Parelheiros que contempla uma importante área de preservação ambiental constituída por duas APA's (Áreas de Proteção Ambiental - Capivari Monos e Bororé Colônia). A prática da agricultura nessa região representa um dispositivo do estado para minimizar a ocupação urbana desordenada evitando que áreas rurais virem loteamentos urbanos. A agricultura em Parelheiros resulta em um importante fluxo econômico, pois possibilita a geração de trabalho e renda nessa região que é considerada umas das mais pobres da cidade de São Paulo. Nessas unidades de produção agrícola o principal sistema empregado é o baseado na agricultura familiar, no qual toda a família exerce atividade na unidade produtora e o fruto desse trabalho garante a subsistência da família. Porém, ultimamente tem se observado uma abstinência dos jovens ao trabalho nessa região. Dentre os principais motivos destacam-se: (1) falta de identidade com a produção agrícola; (2) proximidade da região com os grandes centros urbanos o que resulta em um êxodo rural diário em virtude da ocupação de sub-empregos; (3) Repulsa dos patriarcas da família em seus descendentes seguirem aquele trabalho, motivados pelo anseio de seus filhos estudarem e se destacarem em outras áreas de conhecimento (devido a diversas dificuldades encontradas na lavoura); (4) Dificuldade dos jovens colocarem seus pontos de vistas em relação a estrutura produtiva e administrativa da propriedade agrícola (5) dificuldade de acesso às políticas públicas de fomento a agricultura familiar, o que muitas vezes limita ou inviabiliza a produção. Sendo assim, o objetivo desse trabalho é identificar o papel da juventude na agricultura familiar desenvolvida na cidade de São Paulo, no distrito de Parelheiros.

**Palavras-chave:** Agricultura urbana, Agricultura familiar, Juventude, Juventude rural.

## INTRODUÇÃO

O Município de São Paulo tem uma área de 1523 km, dos quais 222 km em zona cultivável, compreendendo 14,75% do território municipal. A maior parte desta área encontra-se ao Sul, no território de Parelheiros, onde são desenvolvidas atividades produtivas que vão desde horticultura (cultivo de hortaliças, frutas, plantas ornamentais, plantas medicinais, entre outros) à extração mineral e vegetal, passando pelo ecoturismo e turismo rural. O distrito de Parelheiros localiza-se no extremo sul da capital e juntamente com o distrito vizinho de Marsilac, segundo dados do IBGE, abrangem uma área de 360,6 km<sup>2</sup>, representando quase que 25% dos 1.523,278 km<sup>2</sup> da cidade de São Paulo, com muitas nascentes de água, que fizeram brotar vários pesqueiros e que alimentam as represas Billings e Guarapiranga (PMSP 2012).

As regiões agrícolas da zona sul, de São Paulo compreendem a maior parte da zona rural. Embora seja pouco povoado, tem a maior parte da área coberta por reservas ambientais de Mata Atlântica – nele se localiza a Área de Proteção Ambiental Municipal Capivari-Monos, criada pela Lei 13.136/2001, e a Área de Proteção Ambiental Municipal do Bororé-Colônia, criada pela Lei n° 14.162/2006. De acordo com a ABAST, 2014, na região ainda predominam muitas características tipicamente rurais, com a presença de sítios e chácaras, além de áreas recobertas por vegetação nativa (Mata Atlântica e camposgerais) e de reflorestamento (pinus e eucalipto).

O contexto agrícola na porção sul do município de São Paulo está entremeado em uma série de noções e conceitos gerando um objeto de pesquisa extremamente complexo, principalmente, pelo fato de existirem atividades agrícolas de base familiar, aparentemente típicas do espaço rural em espaços tão próximos ao aglomerado urbano. A ideia de agricultura no espaço urbano e periurbano, mesmo sendo um tipo de atividade que sempre existiu, vem ganhando notoriedade nas últimas décadas especialmente pela sua multifuncionalidade que, além de cumprir sua função de abastecimento alimentar, tornar-se um instrumento de conservação ambiental, sobretudo, se manejada de acordo com os princípios da agroecologia. Esta agricultura ainda vem sendo concebida no debate acadêmico atual e cada vez mais está sendo legitimada na agenda da administração pública. Como todo tema emergente, muitos estudos apresentam uma série de contradições e sentidos a respeito da conceituação da própria agricultura em relação ao espaço que ocupa (seja rural, urbano ou periurbano), ao tipo de sistema de manejo (industrial, familiar, agroecológico), além das consequências geradas nas diversas esferas sociais, econômicas, ambientais e culturais dos atores envolvidos (MIKETEN, 2013).

Apesar das restrições impostas pela legislação ambiental, a região apresenta urbanização intensa e desordenada, com parte da população residindo de forma precária e causando sérios impactos sobre os processos naturais de produção de água, devido à impermeabilização do solo, ao desmatamento, ao despejo de esgotos e ao assoreamento dos corpos d'água.

O atual processo de urbanização é caracterizado por crescimento irregular da população, principalmente de baixa renda, apresentando alto déficit de serviços e infraestrutura. A região possui elevado índice pluviométrico e temperaturas mais baixas durante o inverno, com geadas frequentes.

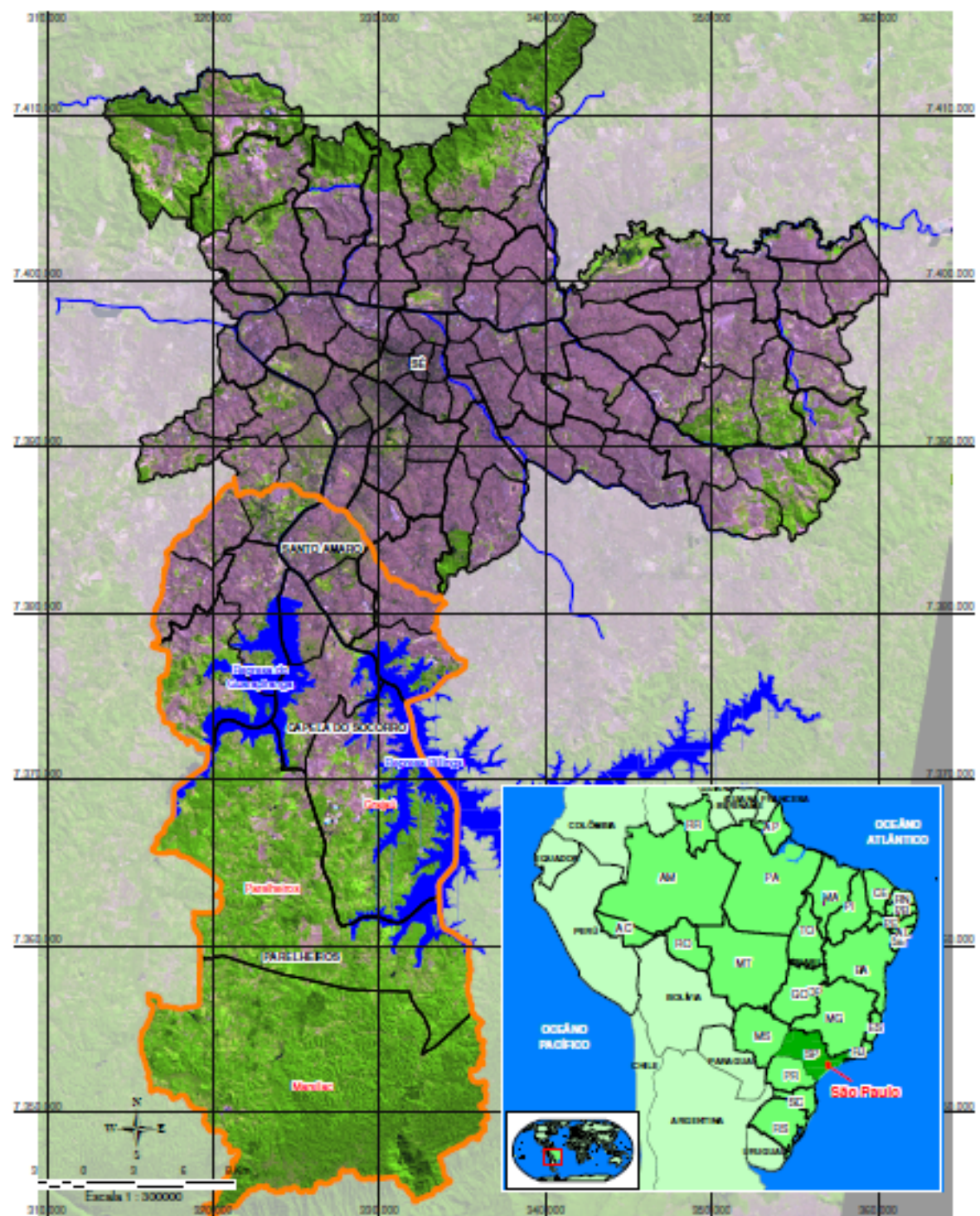
O perfil dos agricultores da região destaca-se em sua maioria pela produção de hortaliças, ornamentais e produção hídrica, realizada por atualmente por filhos de imigrantes japoneses, alemães e de migrantes brasileiros.

A região caracteriza-se por apresentar um número expressivo de pequenas propriedades onde predomina o trabalho familiar. Destacando-se dessa forma, o trabalho do jovem, que se divide entre os estudos e o trabalho na roça para auxiliar a produção familiar. O jovem dessa região se depara com uma série de dificuldades, como dificuldade no acesso a escola, falta de lazer, dificuldade em se estabelecer na produção uma vez que a figura do chefe de família é muito forte, impedindo com que o jovem muitas vezes traga inibição para a produção.

Sendo assim, o objetivo desse trabalho será avaliar a influência da juventude na estrutura da produção agrícola familiar e urbana e seus impactos no distrito de Parelheiros.

# LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

## MUNICÍPIO DE SÃO PAULO



Projeto Uru sem compromisso zsh

Cartografia: geógr<sup>o</sup> Rodrigo Martins dos Santos  
Fonte: Mapinfo e PMSP(SVMA) - 2007

MAPA 01

## **DINÂMICA TERRITORIAL DA REGIÃO DE PARELHEIROS**

### **Histórico de colonização e urbanização**

Para melhor compreensão de como se deu a formação territorial no município de Parelheiros devemos levar em consideração a imigração, que foi um dos fatores predominantes para o processo. Esse processo foi tão forte que até resultou no nome do município Parelheiros, devido às diversas corridas de cavalos (parelhas) entre germânicos e brasílicos. A imigração foi realizada inicialmente por europeus: alemães, austríacos e suíços que por determinação e convite do governo imperial, chegou a São Paulo, formado por um grupo de 200 imigrantes em 1827 que vinham para o estabelecimento de uma colônia agrícola. (PMSP, 2012)

*A posse do território começou com a chegada de 94 famílias alemãs em 1.829, cujos remanescentes habitam até hoje a região. Esses primeiros imigrantes extraíam e forneciam madeira bruta para serrarias instaladas em Santo Amaro. Lá, essas toras eram transformadas em móveis e apetrechos para a construção civil.(PMSP, 2012)*

O processo de formação territorial também se constituiu com a imigração japonesa em meados de 1940 que vieram para explorar a agricultura, transformando os distritos de Parelheiros e Marsilac na maior área agrícola de São Paulo. Para se ter uma ideia da força da imigração japonesa, hoje, a Igreja Messiânica, de origem nipônica, tem seu maior templo fora do Japão – Solo Sagrado – localizado na região, inaugurado em 1995.

Mesmo sendo uma importante área para o município em relação à preservação ambiental e abastecimento de água, Parelheiros sofre com a com urbanização intensa e desordenada. Tendo como consequência uma maior parcela da população em situação de vulnerabilidade socioeconômica, residindo de forma precária e gerando sérios impactos sobre os processos naturais de produção de água, devido à impermeabilização do solo, ao desmatamento, ao despejo de esgotos e ao assoreamento dos corpos d'água (Sigam, 2010).

Outro fator relevante é que a região de Parelheiros é uma das mais carentes e vulneráveis as mazelas sociais, sendo que iniciativas que contribuam para geração de renda e movimentação da economia regional podem representar um importante dispositivo para amenizar as mazelas sociais que afligem esse bairro (Jesus, 1996).

### **Importância ambiental da região**

Parelheiros esta localizado no extremo sul da cidade de São Paulo, são 353 km<sup>2</sup>, representando 24% do município, com ocupação urbana de 2.5% e dispersa 7.7%. A totalidade de seu território esta sobre áreas de proteção de mananciais abrangendo importantes remanescentes Mata Atlântica (cerca de 62,4% ), se constituindo como uma das regiões mais preservadas do Município (PMSP, 2012). Além desses aspectos Parelheiros inclui parte das bacias hidrográficas das Represas Guarapiranga e Billings, que são responsáveis pelo abastecimento de 30% da população da Região Metropolitana de São Paulo. (SMA, 2013)

Há na região também um marco geológico de extrema importância, conhecido como Cratera da Colônia, que recebeu esse nome por se tratar de uma depressão de formato circular, medindo cerca de 3.6 km de diâmetro, resultado da queda de um corpo celeste no local, há cerca de 36 milhões de anos. Atualmente essa área está ocupada por loteamentos irregulares, em processo de regularização, com cerca de 40.000 pessoas, que passa atualmente por processo de urbanização, por meio do Programa – Mananciais - da Secretaria de Habitação e do PAC do Governo Federal.

Como constituinte da formação territorial da região há também duas aldeias indígenas Pyau (Krucutu) e Tenondé Porá (Morro da Saudade), de um subgrupo guarani, com cerca de 1.000 pessoas e que mantém vivas sua língua, cultura e religião. Cada aldeia possui escola específica para educação infantil indígena e o CECI – Centro de Educação e Cultura Indígena. As crianças passam

o dia na escola em contato direto com sua cultura, sob a guarda de suas mães e de monitores guarani. A partir dos 7 anos, os meninos e meninas passam a frequentar a EE Indígena Guarani Gwyrapepo. (PMSP, 2012)

Esse tipo de entendimento é de extrema importância para melhor compreensão sobre a atual estrutura agrária da região, que atualmente é formada por descendentes de imigrantes, indígenas, brasileiros vindos de outros estados, entre outros.

### **Importância da agricultura para o desenvolvimento regional**

Além desses aspectos o distrito em questão apresenta um cinturão verde de produção agrícola, principalmente familiar, ganhando destaque recentemente pela execução de políticas públicas atreladas a produção agrícola e alternativas sustentáveis de comercialização, como por exemplo, as feiras em parques municipais (Silva et al., 2011).

Tais aspectos contribuem para que Parelheiros seja uma região prioritária no que tange a conservação ambiental, abrangendo unidades de mananciais responsáveis pelo o abastecimento de água de 4 milhões de pessoas da região metropolitana de São Paulo. No entanto essa produção de água sofre impactos negativos no tocante a dois aspectos, o primeiro relativo à expansão urbana desordenada e o segundo as práticas agrícolas inadequadas (PMSP, 2012).

A agricultura urbana na região de Parelheiros surge como um importante fator de geração de renda e quando praticada de maneira sustentável contribui para a redução de impactos ambientais. Nesse sentido podemos tomar como exemplo as feiras do Programa Agricultura Limpa, as quais possibilitam a venda direta de produtos em fase de transição (de uma agricultura convencional para uma agroecológica) diretamente ao consumidor final, criando uma rede de economia solidária pautada em preços justos e em uma produção ambientalmente correta (PMSP,2012).

Parelheiros apresenta políticas públicas de fomento à agricultura familiar nas três esferas do governo: Municipal, Estadual e Federal. No entanto os agricultores dessa região encontram uma série de dificuldades em acessar esses programas governamentais, essa situação contribui para que cada vez mais agricultores abandonem a sua produção e se dediquem a outra atividade trabalho e em casos mais extremos chegam a vender seus sítios que se tornam áreas de loteamento urbano e proliferando assim a ocupação urbana desordenada, remetendo a cidade de São Paulo uma série de impactos ambientais.

No âmbito do município a Prefeitura da cidade de São Paulo oficializou o Programa Agricultura Limpa, implantado inicialmente na região de Parelheiros, em uma área de mananciais que produz grande parte da água consumida na cidade, tem como principal objetivo a produção de água em quantidade e qualidade, através da assistência técnica na agricultura visando minimizar os impactos das práticas agrícolas inadequadas e, por conseguinte reduzir: a degradação ambiental, o desestímulo à produção agrícola, a transformação de sítios em loteamentos urbanos, contaminação do solo, poluição de águas, o uso indiscriminado de adubos e defensivos químicos (PMSP, 2012)

Esse programa abrange todas as etapas da produção desde a orientação técnica para a produção agrícola quanto aos aspectos relativos à comercialização, nesse último quesito o Programa Agricultura Limpa estimula a venda direta dos produtos oriundos da agricultura familiar de Parelheiros em parques municipais, através de uma comercialização pautada em um tripé: socialmente justa, economicamente viável e ambientalmente correta. No entanto, esse projeto tem uma grave limitação de alcance embora se tenha mais de 400 produtores cadastrados pela Casa de Agricultura Ecológica, apenas cerca de 40 produtores recebem um efetivo acompanhamento, isso ocorre pela reduzida equipe (PMSP, 2012).

Em relação ao governo do estado podemos destacar a ação da CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral) responsável pela emissão do documento de aptidão (DAP) que dá acesso a diversas políticas públicas de fomento a agricultura familiar, em relação a DAP os produtores contam como principal empecilho a questão da comprovação de renda (já que muitos agricultores comercializam através de atravessadores ou vendas locais sem emissão de notas). Outra atividade importante é o Protocolo de Boas Práticas Agroambientais, o qual foi firmado através de

um termo de cooperação com a Prefeitura de São Paulo, nesse quesito uma das limitações é a abrangência do programa que apresenta atendimento limitado em virtude da reduzida equipe técnica (SAA, 2013).

Na esfera do governo federal temos o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar) que disponibiliza uma linha de crédito aos produtores, entretanto poucos agricultores da região conseguem ter acesso a esse dispositivo, pela dificuldade de emissão da DAP ou pelas exigências do Banco do Brasil. Outro programa relevante é o P.A.A. (Programa de Aquisição de Alimentos) que visa adquirir produtos alimentícios dos agricultores da região para serem doados a entidades assistenciais cadastradas no Banco de Alimentos, para participar desse programa é necessário estar vinculado a uma cooperativa com DAP jurídica (ou seja, 70% dos cooperados devem ter a DAP física), embora exista uma cooperativa na região a Cooperapas ela não tem um número expressivo de produtores com DAP inviabilizando a ação desse projeto na região (Brasil, 2004).

Diante dessa problemática fica evidente que a região de Parelheiros, por se tratar de uma área com suas peculiaridades impõem obstáculos aos agricultores da região ao acesso as políticas públicas e até mesmo inviabilizam a produção agrícola, fato que pode culminar em maiores impactos sociais e ambientais.

## URBANIZAÇÃO

Os aglomerados urbanos no Brasil não possuem o mesmo significado no processo de formação da rede urbana que está intimamente vinculado às transformações da relação campo-cidade. Utiliza-se “urbano”, pois consideramos no Brasil o momento em que foi possível produzir e/ou capturar um excedente alimentar que permitisse a uma parte da população viver aglomerada, dedicando-se a outras atividades que não a produção de alimentos (SUZUKI, C. J; COSTA, da. B. E. 2012).

De acordo com os autores acima, por mais que o processo geral seja o de intensificação da dinâmica econômica urbana, em que se sobressaem as atividades comerciais e de serviços, sobretudo nas pequenas e médias aglomerações, mas, também, as de gerenciamento e de pesquisa, nas grandes, particularmente nas metrópoles, a presença de atividades agrícolas no interior das cidades, bem como em suas bordas, não pode ser negado. Muito pelo contrário, indicaremos como tais atividades perduraram e se mantêm, estabelecendo núcleos de resistência ao *arrasamento* dos diferentes modos de vida sobrepostos caracterizadores tanto de nosso desenvolvimento territorial agrário quanto de embriões citadinos.

*Nem mesmo o espaço metropolitano – registro maior do processo criativo material e simbólico de “novas urbanidades” – pode ser entendido como sendo apenas marcado pelo urbano. Sua definição deve incorporar uma miríade de situações marcadas por diversas gradações que se estabelecem entre o rural e o urbano (SUZUKI, C. J; COSTA, da. B. E. 2012).*

Ainda de acordo com os autores acima, há necessidade de se redefinir campo e cidade, rural e urbano, à luz das transformações da sociedade brasileira, dos novos elementos da reprodução das relações sociais, inserindo como categorias essenciais a propriedade, o trabalho e o capital; o que nos permitirá superar leituras marcadamente quantitativas na definição de campo e cidade, de rural e urbano.

Trata-se de um estudo complexo uma vez que o espaço estudado apresenta relações complexas entre os agricultores e atividade agrícola levando em consideração que se trata de uma metrópole de grande expressão no cenário mundial pela importância econômica que apresenta. Além disso, ressalta-se também, que o espaço agrícola brasileiro nesses espaços mantém uma difícil relação tanto com o poder público que até pouco tempo não reconhecia a atividade agrícola no espaço estudado, como também, pela disputa que se dá entre as moradias irregulares que no atual momento avançam, disputando espaço com a agricultura.

## TERRITÓRIO

O avanço do agronegócio forja um processo de produção do espaço caracterizado pela forte homogeneização das relações capitalistas, mas que não leva ao desaparecimento do campesinato, como afirmam algumas teorias do pensamento social agrário, mas sim leva a territorialização, desterritorialização e reterritorialização desse campesinato e também do capital. O campesinato, organizado em movimentos socioterritoriais, luta por terra e também avança territorializando-se e desterritorializando o latifúndio (FONTES 2014).

À medida que a agricultura capitalista avança nos territórios camponeses, estes são desterritorializados; porém, antagonicamente, eles se organizam, constroem alternativas e buscam os meios de sua existência, resistência e recriação. Nas propriedades camponesas, a formação do terceiro território também remete à dicotomia: de um lado a realização do projeto de soberania alimentar e autonomia camponesa e, de outro, se apresenta por meio do processo de subordinação dos camponeses ao capital (FONTES 2014).

Para HAESBAERT, 2004, o território é sempre múltiplo, “diverso e complexo”, ao contrário do território “unifuncional” proposto pela lógica capitalista hegemônica. Podemos então afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’.

Ainda de acordo com o autor mencionado acima, enquanto “continuum” dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/ sujeitos envolvidos. Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc.

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais.

*Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (como é o caso do petróleo no atual modelo energético capitalista (HAESBAERT, 2004)).*

Milton Santos prefere distinguir o território como recurso, prerrogativa dos “atores hegemônicos”, e o território como abrigo, dos “atores hegemonzados” (Santos et al., 2000).

Embora reconheçamos a enorme relevância desta distinção, podemos divergir em relação aos termos, já que, na verdade, são duas formas distintas de produção do território enquanto recurso: os dominantes privilegiando seu caráter funcional e mercantil, os dominados valorizando-o mais enquanto garantia de sua sobrevivência cotidiana. É fundamental perceber a historicidade do território, sua variação conforme o contexto histórico e geográfico.

Mais recentemente, nas sociedades “de controle” ou “pós-modernas” vigora o controle da mobilidade, dos fluxos (redes) e, conseqüentemente, das conexões – o território passa então, gradativamente, de um território mais “zonal” ou de controle de áreas para um “território-rede” ou de controle de redes. Aí, o movimento ou a mobilidade passa a ser um elemento fundamental na construção do território (HAESBAERT 2004).

É importante destacar que os conceitos precisam ser constantemente debatidos, ajustados e testados. Obviamente essas disputas e construções de territórios se dão em um contínuo movimento e, não de forma sucessiva ou em etapas; a divisão em tipologias de territórios e o entendimento da

disputa e conflitualidade separadamente em cada tipologia é apenas uma forma didática de entender o complexo movimento dialético da realidade (FONTES 2014).

Ao constituírem uma rede de agroecologia que realiza a luta na terra e faz o enfrentamento ao avanço do terceiro território do agronegócio, disputam o uso do território camponês e freiam o avanço da subordinação camponesa. Dessa forma, constroem o território da agroecologia e soberania alimentar e se conectam mundialmente com a luta do campesinato (FONTES 2014).

SAQUET 2007, também contribui para a questão do territorial ao defender que é de extrema importância um estudo empírico territorial que aborde todas as dimensões, são essas: econômicas, políticas e culturais não deixando de lado a dimensão natural na apropriação do espaço por meios das relações de poder. O autor ainda faz uma crítica aos geógrafos que estudam essas dimensões de forma fragmentada o que resulta numa perda segundo o autor do caráter geográfico holístico dos fenômenos.

## AGROECOLOGIA

No Brasil, a contestação à Revolução Verde surgiu com o movimento da “agricultura alternativa” do final da década de 1970, mas permaneceu inicialmente restrita a um pequeno grupo de intelectuais, em sua maioria, profissionais das ciências agrárias, até meados da década de 1980 (GUBUR, D. M. P.; TONÁ, N. 2012).

Somente a partir de 1989 que o termo agroecologia começou a ser utilizado no Brasil, com a publicação do livro Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa, de Miguel Altieri (1989). Em seguida, nos anos 1990, as organizações não governamentais (ONGs) foram as principais disseminadoras da agroecologia (LUZZI, 2007 apud.: GUBUR, D. M. P.; TONÁ, N. 2012).

*A realização, em 2002, do I Encontro Nacional de Agroecologia marcou a tentativa de articulação nacional dos movimentos e organizações ligados à agroecologia. Em 2003, realizou-se o I Congresso Brasileiro de Agroecologia, promovido anualmente desde então. Desses dois eventos, resultaram duas entidades de abrangência nacional: a Articulação Nacional de agroecologia (ANA), fundada em 2002, e a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), fundada em 2004. (GUBUR, D. M. P.; TONÁ, N. 2012).*

Por se tratar de uma região de grande importância ambiental, ainda mais na situação atual de crise de abastecimento de água em que a cidade de São Paulo se encontra, a Agroecologia surge nesse espaço como uma importante ferramenta de preservação dos mananciais existente na região. Além disso, a agroecologia surge como luz no fim do túnel para os agricultores que não querem adotar o modelo tecnológico defendido pelo agronegócio altamente dependente de insumos externos, o que chega a tornar a produção muitas vezes quase que inviável.

A agroecologia vai além da produção por si só, é baseada em tripé, ambiental, social e economicamente justa de maneira que não haja exploração em nenhuma ponta desse tripé. Busca-se atingir a independência em relação a utilização de insumos externos. Para muitos autores, trata-se de uma ciência aliada a um conjunto de práticas, tudo isso com a participação direta do agricultor.

*A agroecologia se fundamenta em um conjunto de conhecimento e técnicas que se desenvolvem a partir dos agricultores e de seus processos de experimentação. Por essa razão, enfatiza a capacidade das comunidades locais para experimentar, avaliar e expandir seu poder de inovação por meio da pesquisa de agricultor a agricultor e utilizando ferramentas de extensão baseadas em relações mais horizontais entre os atores (ALTIERI 2012).*

Como tentativa de utilizar a agroecologia como estratégia para o desenvolvimento sustentável, foi criado o Protocolo de Boas Práticas Agroambientais, uma parceria entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA), com a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SAA) e a Supervisão Geral de Abastecimento da prefeitura de São Paulo. Esse protocolo tem como objetivo o apoio ao agricultor na transição do modelo de produção convencional para o orgânico. Através de assistência técnica, auxílio na comercialização entre outros.



Essa parceria visa reduzir o impacto gerado pela agricultura convencional praticado na região com a utilização de adubos químicos, utilização de herbicidas dentre outros, ações essas que degradam os mananciais, uma vez gerado o impacto a reversão muitas vezes além de ser cara, em alguns casos torna-se irreversível.

A juventude rural da região possui uma preocupação ambiental mais forte em comparação com a geração de seus pais. Muitos deles foram os motivadores da adoção das práticas agroecológicas de conservação nas áreas de produção, porém, em alguns casos os jovens se deparam com a resistência do pai em não querer mudar o modelo de produção uma vez que tal modelo foi aprendido em gerações anteriores e torna-se o único modelo a ser seguido.

A agroecologia na região ganha força com a atuação conjunta entre a assistência técnica prestada pela prefeitura, e organizações não governamentais que atuam no local, através de cursos, visitas técnicas em campo, apoio na comercialização do produto em transição, ou seja, estratégias que fortaleçam a ampliação do modelo agroecológico na região.

Há vários desafios a serem superados para que a agroecologia como modelo de produção possa atingir uma grande área na região, porém, para ALTIERI 2012, somente alianças estratégicas e a ação coordenada de movimentos sociais (organizações de agricultores, movimentos de trabalhadores rurais e ambientalistas, ONGs, associações de consumidores, cientistas conscienciosos etc.) poderão exercer pressão sobre governos e empresas multinacionais para garantir que essas tendências sejam refreadas.

A formação de uma rede de agroecologia “camponês a camponês” é um exemplo de ação concreta de territorialização, ou seja, de criação de territórios camponeses, o território da agroecologia, onde se criam relações de poder que resultam em soberanias: alimentar, no modo de produzir, de insumos, energética, de comercialização, etc. Esses camponeses, ao se organizarem em redes que realizam a luta na terra, além de construir o território da agroecologia e soberania alimentar, se conectam mundialmente com milhares de camponeses organizados na Via Campesina (FONTES 2014).

Para ALTIERI 2012, precisamos trabalhar juntos para assegurar que todos os países tenham o direito de alcançar a soberania alimentar por meio de sistemas de produção de alimentos de base agroecológica e local, reforma agrária, acesso à água, sementes e outros recursos e políticas domésticas rurais e alimentares que respondam às verdadeiras necessidades dos agricultores e de todos os consumidores, especialmente os mais pobres.

Portanto, a agroecologia, é uma ferramenta para que a agricultura familiar atinja a soberania alimentar, além disso, conduza sua produção de maneira própria e totalmente independente do modelo do agronegócio, que ao contrário trata-se de um modelo altamente dependente.

## **AGRICULTURA FAMILIAR**

Entre os especialistas, estudiosos e outros profissionais do assunto em questão não há uma posição unânime sobre a definição de agricultura familiar. Apoiamo-nos em NEVES 2012, cuja definição de agricultura familiar corresponde a formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas.

Os agricultores familiares representam 85,2% do total de estabelecimentos no Brasil, mas apesar dessa proporção, ocupam somente 30,5% da área total. (ZAGO, N.; BORDIGNONI, C. 2012).

Apesar dessa importante representação, estudiosos sobre as questões agrárias vêm desde longa data chamando a atenção para a crise da produção familiar e da reprodução do ofício de agricultor para as novas gerações. Na origem se podem identificar questões econômicas e sociais que incluem a escassez da terra, já bastante dividida para garantir uma nova repartição entre os membros da família, e um conjunto de outros problemas relacionados às transformações das políticas de modernização capitalista da agricultura com repercussões na manutenção da propriedade, na baixa renda dos pequenos produtores e, de modo geral, na crença de sua profissão. Desse modo, a migração dos filhos em direção à cidade tornou-se a condição mais provável. (ZAGO, N.; BORDIGNONI, C. 2012).

As ações do Estado voltadas ao fortalecimento do agronegócio resultam também na crescente subordinação da agricultura familiar às cadeias agroindustriais. Esse processo se manifesta a montante, pela alta dependência de insumos e equipamentos industriais adquiridos em grande parte via concessão de crédito público, e a jusante através da integração a cadeias mercantis dominadas por grandes empresas dos setores de processamento e distribuição. Essas duas formas de subjugação a conglomerados empresariais têm conduzido à fragilização econômica das famílias agricultoras, fato que se reflete, entre outros sintomas, nos crescentes índices de endividamento e inadimplência, na redução das rendas familiares, na evasão cada vez maior, de jovens do meio rural e, finalmente, no abandono da atividade agrícola. ALTIERI, 2012.

A agricultura desenvolvida na região de Parelheiros é caracterizada pelo uso da mão-de-obra familiar predominantemente, uma vez que a contratação de empregados temporários ou fixos encarecem o custo da produção e muitas vezes os agricultores não podem arcar com esses gastos.

## **JUVENTUDE, JUVENTUDE RURAL E JUVENTUDE RURAL EM PARELHEIROS – SÃO PAULO.**

O termo “jovem” é usado pelo senso comum, pelo campo acadêmico e mesmo em espaços políticos desde o século XIX, inicialmente em uma concepção geracional que opunha jovens e velhos, ou jovens e adultos. No final do século XX e neste início do século XXI, vem ocorrendo um grande impulso no debate sobre a juventude (CASTRO, E. G. 2012).

A autora acima, nos traz, por exemplo, a importante reflexão sobre a associação entre juventude, educação e lazer, como construção socialmente informada. Para a autora, essa seria uma concepção que trata a juventude como aqueles que estão em processo de formação e que ainda não têm responsabilidades, principalmente por não estarem inseridos no mercado de trabalho. Com isto, se exclui o jovem das classes trabalhadoras da concepção de juventude. Segundo CASTRO, E.G., 2009, essa é uma contribuição importante para percebermos juventude como construção social.

Ainda de acordo com CASTRO 2009, pode-se afirmar que juventude é uma categoria social que posiciona aqueles assim identificados em um espaço de subordinação nas relações sociais. Paradoxalmente, jovem é associado a futuro e a transformação social.

O termo “juventude rural” - e o uso de correlatos como “jovem rural”, “jovem camponês”, “jovem do campo” – já era utilizado, como apontou Flitner (1968), no século XVIII, como em um estudo de Pestalozzi sobre populações camponesas. Desde o século XX, em trabalhos sobre a “família camponesa”, o termo individualizado “jovem camponês”, ou simplesmente “jovem”, vem sendo acionado com frequência para designar filhos de camponeses que ainda não se emanciparam da autoridade paterna – geralmente solteiros que vivem com os pais (E. G., 2012).

Essa situação é muito evidenciada no distrito de Parelheiros. Em que apesar da proximidade com a metrópole São Paulo capital, os jovens que vivem com os pais, não possuem autoridade para participar das tomadas de decisão, por exemplo, em relação à produção.

A juventude rural se encontra diante de muitos desafios e incertezas entre “sair e ficar” no campo (CASTRO, 2005). Entre as dificuldades de permanecer na agricultura há os limites impostos pela escassez da terra, da baixa renda das famílias e, conseqüentemente, de investimento na produção. Além disso, o desejo destes jovens de se tornarem proprietários de terra “cai conforme declina a categoria de renda considerada” enquanto “a aspiração por viver na cidade é tanto maior quanto menos promissor o horizonte de geração de renda no estabelecimento paterno”. Sendo assim, mesmo que haja o desejo de permanecerem na terra, onde são mais capacitados, partem para novos desafios em centros urbanos com o objetivo de ampliar suas oportunidades (ZAGO, N.; BORDIGNONI, C. 2012).

Uma questão identificada por Matos (2002) sobre a saída dos jovens do campo para a cidade se deve também à busca pelo “moderno”, o que de acordo com o autor caracteriza a visão sobre o rural como atrasado ou primitivo, fazendo o jovem deste meio querer entrar nos “moldes” da juventude urbana (“moderna”) para não ser visto ou não se ver como atrasado ou “inferior”. Para

isso, muitas vezes o jovem camponês busca se apropriar de novas tecnologias e do conhecimento acadêmico.

Por fim, sabemos que o principal problema enfrentado por esse jovem é a dificuldade que está presente diariamente e é vivenciada por eles na produção familiar, que está as margens das políticas públicas, tornando desse modo não só difícil a produção em si, mas também as condições de vida desse jovem e sua família. Porém, há uma geração desses jovens que está disposta em mudar essa condição precária associada à agricultura. Para tal, essa juventude encontra na agroecologia o modelo ideal a ser seguido para se alcançar a produção orgânica, mudança essa que resulta em uma série de benefícios não só para os agricultores como também para a sociedade no geral, através dos menores impactos gerados pela agricultura, aquisição de alimentos sem agrotóxicos, conservação dos mananciais entre outros.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A agricultura no distrito de Parelheiros, pertencente a uma das maiores metrópoles do mundo, São Paulo, exerce é de extrema importância para a sociedade como um todo. Trata-se de uma atividade que se praticada de forma sustentável pelos moldes agroecológicos garante a preservação dos mananciais, da vegetação local ainda existentes, além de fornecer à população alimentos saudáveis.

Dessa forma, a permanência dos jovens no campo se torna de extrema importância para fortalecer essa atividade. Além disso, notamos que os jovens dessa região estão engajados em continuar no campo e superar as dificuldades já vividas.

São jovens que lutam para que suas vidas possam ser melhoradas, porém, sem largar mãos de fazer aquilo que eles mais se dedicam na vida toda que é a agricultura. A adoção do modelo agroecológico de produção é uma ferramenta no auxílio pela busca de melhores condições de trabalho e de renda. Outra ferramenta utilizada por esses jovens é a internet, que auxilia desde a busca por informações seja para conhecimentos das políticas públicas, seja para auxiliar na produção e também na comercialização, através da criação de redes, para divulgação da atividade desenvolvido.

É curioso notar que esse território ainda é pouco conhecido pela maioria da população da “grande metrópole” talvez por isso ele ainda se mantenha com grandes faixas de Mata Atlântica ainda preservadas. Sem esquecer é claro que o poder público com a criação das Áreas de Proteção Ambiental, também auxiliam para que a preservação da área vede se mantenha.

## REFERÊNCIAS CONSULTADAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 2012.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA 2012.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, DF: SAF; Dater, 2004
- CASTRO, E. G. de. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2005.
- \_\_\_\_\_. Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Edur/Mauad, 2009.
- \_\_\_\_\_. Juventude do campo. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- GUBUR, D. M. P.; TONÁ, N. **Agroecologia**. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- FONTES, A. M. **Mundialização da Luta Campesina: Agroecologia e Soberania Alimentar como Território**. Boletim DALUTA – Artigo do mês 2: Dezembro de 2014. ISSN 2177-4463.
- JESUS, E. L. de. **Da agricultura alternativa à agroecologia: para além das disputas conceituais**. Agricultura Sustentável, Jaguariúna, v. 3 , p. 3-27, 1996.
- LUZZI, N. Apud.: GUBUR, D. M. P.; TONÁ, N. **Agroecologia**. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- MATOS, A. G. de. **Desenvolvimento, autonomia e academia**. In: LIMA, D. M de A. e WILKINSON, J. (orgs). Inovação nas tradições da agricultura familiar. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002.
- MIKETEN, Simone. **Agricultura e conservação ambiental: o caso da APA Bororé-Colônia no município de São Paulo**. São Paulo, 2013.
- NEVES, D. P. **Agricultura Familiar**. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- PMSP. PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. Supervisão Geral de Abastecimento. **Projeto Agricultura Limpa**. [www.prefeitura.sp.gov.br/abastecimento](http://www.prefeitura.sp.gov.br/abastecimento). Acesso em: 20 mai. 2012.
- PMSP. PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. **Abastecimento SP**. São Paulo: Secretaria Municipal de Abastecimento, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Atlas Ambiental do Município de São Paulo, relatório final**. São Paulo: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, 2002.
- SAA. SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. Disponível em: [www.agricultura.sp.gov.br](http://www.agricultura.sp.gov.br). Acesso em: 8 mai. 2013.
- SANTOS, M. et al. 2000. **O papel ativo da Geografia : um manifesto**. Florianópolis: XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis/ SC. 200.
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SILVA, P. V.; MENDES, C. ; JESUS, A. F. ; BINHA, D. P. ; MONTEIRO, N. ; LEMOS, R. M. . **Programa Agricultura Limpa**. Fórum Ambiental da Alta Paulista, v. 2, p. 672-684, 2011.
- SIGAM. SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO AMBIENTAL. **Rede de Agroecologia da Gurapiranga**. Assinatura do Protocolo de Boas Práticas Agroambientais. Disponível em: <[www.sigam.ambiente.sp.gov.br](http://www.sigam.ambiente.sp.gov.br)>. Acesso em: 20 mai. 2010.
- SMA. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. Disponível em: <[www.ambiente.sp.gov.br/](http://www.ambiente.sp.gov.br/)>. Acesso em 17 out. de 2012.

SUZUKI, C. J; COSTA, da. B. E. Aglomerados Urbanos Brasileiros dos Séculos XIX e XX: significados na produção do território. XII Colóquio Internacional de Geocrítica. Colômbia. 2012.

ZAGO, N.; BORDIGNONI, C. 2012. **Juventude rural no contexto da agricultura familiar: migração e Investimento nos estudos.** IX ANPED Sul – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul 2012. Universidade Comunitária da Região de Chapecó. Santa Catarina/SC. 2012.